



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ADAILTON GONÇALVES MEDEIROS

**PALCO, PROSA E HISTÓRIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E A
EXPANSÃO DO URBANO EM SANTO ANDRÉ-PB (1962-2019)**

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

ADAILTON GONÇALVES MEDEIROS

**PALCO, PROSA E HISTÓRIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E A
EXPANSÃO DO URBANO EM SANTO ANDRÉ-PB (1962-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado a/ao Coordenação/ Departamento do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Profa. Ma. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira

**CAMPINA GRANDE - PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M488p Medeiros, Adailton Goncalves.

Palco, prosa e história [manuscrito] : a emancipação política e a expansão do urbano em Santo André-PB (1962- 2019) / Adailton Goncalves Medeiros. - 2020.

57 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira , Departamento de História - CEDUC."

1. Santo André - Paraíba. 2. Emancipação. 3. Urbanização. 4. História da Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 711

ADAILTON GONÇALVES MEDEIROS

PALCO, PROSA E HISTÓRIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E A
EXPANSÃO DO URBANO EM SANTO ANDRÉ-PB (1962-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso
(monografia) apresentado a/ao
Coordenação/ Departamento do Curso
de Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito à obtenção do
título de licenciado em História.

Aprovada em: 11/12/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Profa. Ma. Talita Rosa Mística Soares de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Deise Silva Sousa (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pelo amor,
companheirismo e amizade, dedico.

AGRADECIMENTOS

Sempre é necessário acreditar que um sonho é possível, como diria o grupo de rap Racionais Mc's. Todavia, caminhar em direção a este sonho requereu o apoio de pessoas que me fizeram chegar ao fim desta caminhada repleto de sentimentos de agradecimentos e de gratidão a cada ser que fez parte dessa caminhada e que, direta ou indiretamente fez parte deste sonho.

Estendo meu agradecimento primeiramente a minha orientadora Talita Rosa Mística Soares de Oliveira, nome singular e pessoa de um coração tão singular quanto seu nome. Talita me acolheu de uma forma tão humana que as palavras direcionadas a ela não são capazes de externar a gratidão que tenho a você em meu coração. Você é “massa” e mesmo nunca tendo o prazer de ser seu aluno sempre guardarei comigo seu exemplo de ser humano e profissional.

Este encontro, entre mim e Talita, foi proporcionado por uma pessoa extremamente especial e que eu não poderia deixar de fora destes agradecimentos. A professora Hilmaria Xavier inicialmente seria minha orientadora, mas por diversos motivos ela não pode assumir a orientação e nos conectou. Agradeço enormemente minha antiga professora tanto pelos inúmeros ensinamentos ao longo de diversas cadeiras que paguei com ela no curso quanto pelo elo de amizade ao qual ela foi “madrinha”.

Chegar a este momento saindo de um lugar tão distante em busca de um sonho me faz sentir a obrigação de agradecer a todos os meus professores desde o ensino fundamental e médio no município de Santo André. Dentre alguns especiais cito Osvaldo Correia, Ari Antônio, Anselmo Araújo, Patrícia Rejane, Fabiano Araújo, Joselma Cavalcante, Sandra Lúcia, Sandra Maria, Stefan Félix e Aline Silva. Estes dois últimos agradeço ainda mais por me apresentarem o prazer de ver a disciplina de história com a paixão de um futuro profissional da área.

Agradeço com o mesmo entusiasmo a todos os professores que conheci durante o curso de história por todo conhecimento transmitido. Figuras especiais como Bruno Gaudêncio, Adonhiran Ribeiro, Hilmaria Xavier, Adilson Filho, Jomário Pereira, Socorro Cipriano, Iordan Gomes, Matusalém Alves e demais profissionais do curso enriquecem a caminhada pela graduação de uma forma inenarrável. Grato por toda a relação ao longo dos 5 anos.

Toda construção exige um pilar de sustentação e a construção deste sonho não foge a regra. Agradeço aos meus familiares que foram incentivadores deste sonho: minha mãe Lúcia (Lucinha) e meu pai Altair (Izinho). O sorriso de vocês desde o ingresso na faculdade até o momento de defesa deste TCC foi o que me manteve de pé perante as dificuldades, sou grato a Deus por suas vidas e por poder de alguma forma dar orgulho aos dois. É tudo por vocês.

Agraço a minha tia Arenir (Ninia) e seu esposo Ernando (Novo) que abriram sua casa e me adotaram como filho para que eu descansasse das viagens rumo a Campina Grande. Obrigado pela moradia, pelo respeito e pelo tratamento tão especial. Ao meu primo e irmão Igor Medeiros sou grato por tantos “galhos quebrados”, por me buscar e me deixar tantas vezes no sítio e na cidade para passar a semana indo para Campina Grande.

Aos amigos, minha gratidão. Aos de infância dentro os quais cito Lucas Almeida, Vitor Benjamim, Wendell Quirino, Josinaldo Leite, Naelson Souto, Francisco Filho, Alicia Barreto, Mariana Tributino, Marcelino Cunha e inúmeros outros que dentre risos e maus momentos me marcaram. De forma especial, agrazo aos amigos Antônio da Silva Júnior e Caio César pela eterna amizade e disponibilidade para me ajudarem quando precisei dormir em Campina Grande me buscando na UEPB, me dando moradia e alimentação para participar de eventos do curso e da monitoria. Vocês são parte disto e seus atos sempre ficarão dentro do meu sentimento de gratidão.

Estendo também minha gratidão aos amigos que fiz durante a faculdade como a galera da turma do baralho e a turma da copa ressaca que tanto me proporcionaram risos e descontração em dias ruins. A Rayssa Eutália, um agradecimento especial, pela sua importância inestimável na escrita desta pesquisa me ajudando com fontes documentais e dando conselhos no processo de escrita. Grato pela sua disponibilidade e atenção.

A minha turma maravilhosa de 2015.1 meu muito obrigado. Grato pela a amizade Jessica Kaline, Helaine Nascimento, Letícia Coutinho, Maria Artenísia, Bonnierk, Jilton Lucena, Tuane Ângelo, Liliane Aparecida e demais que tanto foram importantes nesta caminhada. As pegadas dos que caminham junto jamais se apagarão.

A faculdade me rendeu grandes elos e agradeço a vocês por tanto. Jefferson Tadeu, Vinicius Crizam e um especial, meu colega de turma e irmão

Alex Junio. Obrigado por tudo, até pela contribuição neste trabalho, você sempre será uma memória boa e testemunha dos bons e maus momentos da minha vida.

Gratidão é a palavra que me representa, agradeço a Deus por tudo, a minha família e a cada ser que deixou sua luz sobre mim.

“Cha-la head-cha-la
Não importa o que aconteça
Tudo vai ficar melhor.”
(Rodrigo Firmo de Freitas)

RESUMO

Esta monografia objetiva analisar o processo de emancipação política de Santo André - PB e seu desenvolvimento urbano, observando a construção do coreto e a praça como obras que coroaram esta nova etapa da cidade. Estando durante muitos anos na posição de distrito da cidade São João do Cariri até o ano de 1962, e da cidade de Gurjão até o ano de 1994, Santo André foi lentamente alvo de projetos de lei e requerimentos que buscavam promover transformações urbanas, todavia as problemáticas econômicas do território paraibano, a ação das forças políticas locais, e sua situação de dependência de outras sedes administrativas fizeram com que a formação da infraestrutura da cidade tivesse um modelo singular. A fim de analisar este processo, fizemos o uso de diferentes fontes documentais a exemplo dos livros de ata das câmaras municipais das cidades de Gurjão e Santo André, além da análise das revistas: “Avante” (1972) e “Santo André em Revista” (2014), para pensarmos o desenvolvimento histórico da cidade em paralelo ao modelo de urbanização ao qual o município foi estruturado. Para realizar tais discussões, utilizamos Bezerra (2016) para entender o processo de emancipações distritais na Paraíba, e Silva (2004) para abordar as características do movimento de urbanização na Paraíba. Para pensar a modernidade num contexto mais amplo, nos apoiamos nas discussões realizadas por Bresciani (1982) e Canclini (1998). Já para uma compreensão das especificidades do desenvolvimento urbano de Santo André, nos valem da noção de “espaço” e “lugar praticado” apontadas por Certeau (1998) bem como dos processos de modernização nas cidades do interior paraibano trabalhados por Gomes & Santos (2011).

Palavras-chave: História da Paraíba. Santo André-PB. Emancipação. Urbanização.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the political emancipation process of Santo André - PB and its urban development, observing the construction of the bandstand and the square as works that crowned this new stage of the city. For many years being in the position of district of the city of São João do Cariri until 1962, and of the city of Gurjão until 1994, Santo André was slowly the target of bills and requirements that sought to promote urban transformations, however economic problems in the territory of Paraíba, the action of local political forces, and their situation of dependence on other administrative headquarters made the formation of the city's infrastructure have a unique model. In order to analyze this process, we made use of different documentary sources such as the minutes books of the city councils of the cities of Gurjão and Santo André, in addition to the analysis of the magazines: "Avante" (1972) and "Santo André em Revista" (2014), to think about the historical development of the city in parallel with the urbanization model to which the municipality was structured. To conduct such discussions, we used Bezerra (2016) to understand the process of district emancipations in Paraíba, and Silva (2004) to address the characteristics of the urbanization movement in Paraíba. To think about modernity in a broader context, we rely on the discussions carried out by Bresciani (1982) and Canclini (1998). For an understanding of the specificities of the urban development of Santo André, we use the notion of "space" and "practiced place" pointed out by Certeau (1998) as well as the modernization processes in the cities of the interior of Paraíba, worked on by Gomes & Santos (2011).

Keywords: History of Paraíba. Santo André-PB. Emancipation. Urbanization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Atual Avenida Fenelon Medeiros, antes do processo de urbanização que edificou a praça central da cidade. Fonte: Acervo do Museu Professora Maria Pereira de Brito. 31
- Figura 2 - Carro de boi no centro da cidade, em frente ao coreto da praça dividindo espaço com veículos e pessoas, cena típica na cidade. Foto datada de dezembro de 2019. Fonte: Acervo pessoal do autor..... 33
- Figura 3 - Desfile Cívico na Avenida Fenelon Medeiros. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (1996). 42
- Figura 4 - Bandeira oficial da cidade de Santo André PB. 43
- Figura 5 - Ex-prefeito da cidade, José Herculano Marinho Irmão, prestigia o desfile cívico de 7 de Setembro. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2003)..... 49
- Figura 6 – Fenelon Medeiros Filho e demais autoridades políticas prestigiam o desfile cívico no coreto municipal. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2011) 50
- Figura 7 - Exposição de arte no coreto e um cinema improvisado na praça pelo projeto "circuito estradafora" que visitava diversos municípios da região. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2011)..... 51
- Figura 8 - Premiação de um campeonato de futebol amador realizado na cidade, o coreto sempre evidenciado como ponto de reunião. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2004) 51
- Figura 9 - Reunião de jovens que venceram as competições de Mister e Miss em suas cidades no coreto da praça. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2015) 52
- Figura 10 - Governador Ricardo Coutinho discursa na entrega do projeto de água encanada à frente do coreto da praça. Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2018) 53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O PALCO: SANTO ANDRÉ E SUA HISTORICIDADE.....	17
2.1 A idealização da modernidade urbana.....	21
3. A ESTRUTURAÇÃO DA FUTURA CIDADE: ALTERAÇÕES URBANAS E NOVIDADES EM SANTO ANDRÉ.....	30
3.1. A autonomia política e seus reflexos.....	40
4. A PRAÇA E O CORETO ENQUANTO LUGARES PRATICADOS.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

Escrever sobre a cidade de Santo André¹ vem a ser resultado de um processo de escolha. Toda produção de cunho historiográfico exige do profissional cientificidade, compromisso com o tema em análise e primordialmente interesse para com o objeto de pesquisa. O interesse que motivou a escrita deste trabalho surge de forma enfática quando, diante das inquietações historiográficas do autor, pouco se encontrou quando se buscou pelas produções acerca do seu lugar de origem. Porque se escreveu tão pouco sobre a cidade? Diante de uma temática tão abrangente como “cidades” na escrita historiográfica porque tamanha escassez sobre este município caçula²?

Buscando contribuir com os estudos historiográficos sobre pequenas cidades, com realidades, ritmos e sentidos próprios, esta escrita tem como objetivo principal analisar o processo de emancipação de Santo André e a construção dos espaços urbanos da cidade, tendo como foco a análise dos usos políticos e sociais de alguns desses lugares, em especial do coreto da praça central, atentando para as diferentes interlocuções entre rural/urbano, tradicional/moderno que faz com que a cidade crie sua própria forma de experimentar a modernidade.

A cidade de Santo André, com seus 26 anos de emancipação política, se estrutura na família das caçulinhas dentre os municípios paraibanos. O município, ao lado de outros 33 das mais diversas regiões do estado paraibano, conseguiu sua emancipação política em 29 de abril de 1994, pela Lei nº 5906³. Tal movimento emancipatório de forma tão efusiva á época chama a atenção e alinha-se com o movimento de análise feito por Bezerra (2016) ao observar outro movimento massivo de emancipações distritais na Paraíba dos anos de 1951 á 1965. Bezerra (2016) analisa que “a emancipação desses pequenos e pobres distritos” perpassam por diversas articulações políticas, partidárias e sociais

¹ Santo André, município do interior da Paraíba, localizado a 235 km da capital João Pessoa.

² De acordo com a análise feita pela pesquisadora Josineide da Silva Bezerra, quando analisa os diversos municípios que surgiram na Paraíba na década de 1950 e 1960, esta denominação é produzida para referenciar os distritos que conseguem sua emancipação política e se estruturam como novos municípios do território paraibano. (Cf. BEZZERA, 2016, p. 123)

³ Dados da assembleia legislativa da Paraíba, Ver mais em: <http://www.al.pb.leg.br/espaco-do-cidadao/emancipacao-dos-municipios>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

moldadas a interesses dos mais diversos atores. Acerca desta problemática a autora expõe que:

Depois de elevada a município, a “antiga” localidade distrital tornava-se portadora de uma escala de centralidade política e administrativa. Essa centralidade atuou nas imagens que fundamentaram os projetos emancipacionistas, porque eles foram contornados como uma política territorial voltada justamente às populações locais. (BEZERRA, 2016, p. 23).

Esta centralidade política e administrativa conquistada por esses pequenos municípios paraibanos que conseguem sua emancipação será observada como fator que impulsionará o desenvolvimento estrutural dessas cidades em um movimento de observar como estes fenômenos alteram o espaço urbano destas localidades e em conjunto como estes signos do moderno são integrados aos lugares.

A modernidade utópica oriunda dos projetos que edificaram Londres e Paris⁴ como modelo de urbanização, progresso e padrão a ser seguido na remodelação das cidades no século XIX pouco se aplicam em outras realidades. As cidades como palco de sociabilidade ultrapassam o frenético e alucinante ritmo das inovações e contemplam também o comum cotidiano, como o sertanejo que observa o surgimento e as modificações daquilo que ele chama de lar. A cidade também é observada na composição dos significados, dos usos e do pertencimento.

Este estudo objetivará em sua composição observar como o conceito de modernidade é maleável quando nos deparamos com os estudos dessas pequenas localidades do cariri paraibano. A cidade de Santo André, um dos menores e mais jovens municípios do estado, reflete toda essa singularidade na relação com o moderno em sua historicidade. Durante anos permanecendo na situação de distrito a localidade viu a chegada de projetos e leis que formavam lentamente a estruturação do urbano em seu território, mas é com o seu movimento emancipatório que Santo André estrutura sua identidade urbanística de forma autêntica, remodelando e criando espaços de sociabilidades próprios.

⁴ Londres e Paris no século XIX – O espetáculo da pobreza, obra produzida por Maria Stella Martins Bresciani, analisa, dentre diversas particularidades inerentes às reformulações das cidades citadas o estabelecimento da ideia de se tornar um habitante naqueles aglomerados urbanos. Desde as revoluções urbanísticas proporcionadas pelas cidades até o estabelecimento do modo de vida frenético esta obra edificou um novo olhar sobre as cidades como objeto de estudo, se tornando leitura indispensável para quem trabalha esta temática. Ver BRESCIANI, M. S. Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo, da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Enquanto distrito de São João do Cariri⁵ e de Gurjão⁶ o povoado de Santo André teve sua historicidade instituída pela formação do espaço, povoamento e encaminhamento de um modo de vida urbano vagarosamente construído. Através das duas obras produzidas sobre a localidade “*O verde do Juazeiro; história da paróquia de São José de Juazeirinho*”, “*Santo André Antigo: História de um lugar (das origens ao ano de 1960)*”, das atas da câmara municipal de Gurjão e de edições das revistas *Avante*⁷ e *Santo André em Revista*⁸, observaremos como o município que seria instituído em 1994 desenvolveu-se e como as mudanças estruturais foram edificando a malha urbana diferenciando o povoado do ruralismo dos demais sítios da região.

As atas da câmara municipal de Santo André e as fotografias obtidas no levantamento das fontes deste estudo servirão para observar o novo momento que vive o município estabelecido por sua emancipação em 1994 e passa desde então a edificar traços, leis e projetos que instituem uma cidade: bandeira, hino, avenidas e espaços de sociabilidade que marcarão este novo momento no lugar. Momento este que instaurou a construção de um dos cartões postais da cidade: o coreto da praça central.

As obras e projetos públicos do novo município tentaram demarcar uma maneira de inserir a cidade na chamada “modernidade” e o coreto, de forma especial, passa a ser palco de uso político e social, em uma dualidade de significação extremamente valorosa em um momento em que o município tenta se aproximar cada vez mais do aspecto urbano tais reformas estabelecem esse novo

⁵ São João do Cariri, município do interior da Paraíba, localizado a 213,2 km da capital João Pessoa.

⁶ Gurjão, município do interior da Paraíba, localizado a 219,4 km da capital João Pessoa.

⁷ Esta revista teve uma tiragem mais de 15.0000 exemplares, tamanho que chama atenção diante da escassez deste tipo de produção na região. Com a intencionalidade de propagação dos feitos e obras do então prefeito José Anchieta Maracajá Coutinho a revista circulou livremente por todos os municípios do nordeste além de repartições públicas, tendo em sua coordenação geral Acácio Ribeiro. A revista, com enfoque nas ações de alguns prefeitos da cidade de Gurjão acaba por explanar o distrito de Santo André, sendo extremamente importante para visualizarmos traços de movimentos de urbanização e modernidade na região.

⁸ O projeto “Santo André em revista” foi elaborado como relatório apresentado por Jaqueline da Silva Oliveira ao Curso de Graduação em Comunicação social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento á exigência para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. A revista, com o objetivo de “registrar e divulgar a história, a cultura e o contexto social presentes na cidade de Santo André” é a única fonte desta natureza encontrada na elaboração desta pesquisa. Por motivos de falta de verba a revista está disponível apenas na plataforma online e gratuita ISSUU, mesmo que pouca parte da população tenha conhecimento do projeto até o momento. Disponível em: <http://issuu.com/revistasantoandre>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

marco político administrativo que o município vivenciava e explana o desejo de modernização.

Este estudo objetiva discutir a partir da análise das fontes, os fatos e mudanças que caracterizam o desenvolvimento da infraestrutura histórica do município e como seu movimento de emancipação política, há 26 anos, edificou a lenta urbanização da cidade. Cada cidade de interior possui sua historicidade, sua sociabilidade e é preciso que percebamos como a modernidade chega a esses outros centros ao seu próprio ritmo, estas cidades mantêm uma pacatez que teima e resiste ao tempo e estes cidadãos também são constituintes da sociedade paraibana. Santo André gradativamente recebe estas alterações, modifica sua estrutura urbana, mas sua sociedade e seus costumes permanecem fiéis a pacatez de interior em um hibridismo cultural⁹ que demarca a vivência no lugar.

No intuito de escrever e contribuir para a estruturação da escassa produção histórica sobre o município esta pesquisa observará como este marco de “ruptura” política é carregado de intencionalidades e desejos de estruturar uma nova etapa para o lugar. Observamos a cidade como objeto, vide Bresciani (1982) o fez com Londres e Paris em um ritmo completamente distinto do caso em questão, que se assemelha mais a leitura feita por Aranha (2006) que observa a inserção de equipamentos do moderno sentido pela população, em um ritmo mais humano e perceptível.

Observando a estruturação dos projetos de lei que edificam lentamente os traços urbanísticos na cidade de Santo André chegaremos a observar, por fim, a edificação do espaço em meio à praça central da cidade, uma construção que se ergue como um estático espaço de concreto, mas que passa a ser apropriado e tem seu uso democratizado. O conceito de apropriação de Chartier (1988) e o de usos, invenção, lugar e espaço praticados de Certeau (1998) serão utilizados para entendermos a produção de sentidos que a população, autoridades e visitantes dão ao coreto.

Através das fontes supracitadas e demais aportes metodológicos esta pesquisa será norteadada na perspectiva de observar como um simples espaço de concreto, um coreto em meio à praça, reconfigura a estrutura de um espaço e se

⁹ De acordo com Canclini (1998) podemos exemplificar esse hibridismo cultural observando o avanço da malha urbana sobre o meio rural. A articulação e assimilação entre meio rural e as novidades da cidade criam essa dualidade de culturas.

estabelece como marco de uma nova etapa de uma cidade que emerge para modernidade com seus traços urbanos gradativamente instituídos. Um palco que perpassa a configuração de um espaço de sociabilidade e se ergue como lugar de memória e de identidade do jovem município e de seus habitantes.

Para isto, a pesquisa é estruturada em três momentos de discussão que envolvem a historicidade e momentos de reformulações direcionadas a estruturação urbana da localidade. De forma inicial, no primeiro capítulo intitulado “*O palco: Santo André e sua historicidade*” esta escrita aborda a posição histórica de Santo André e a relação de dependência por sua posição de distrito de outras localidades, visando nesta leitura expor o singular modo de desenvolvimento da malha urbana no então distrito em relação ao modelo utópico de urbanismo estruturado pelos grandes centros europeus. De forma póstuma, no segundo capítulo intitulado “*A estruturação da futura cidade: alterações urbanas e novidades em Santo André*” a pesquisa é direcionada a observação dos momentos em que o lugar é alvo dos poderes políticos de Gurjão, observando os projetos de leis e requerimentos que alçavam o distrito a uma alternância visual na estrutura do espaço até o momento de sua emancipação. Emancipada a cidade experimenta pela primeira vez a autonomia política, momento este, por fim, analisado no terceiro capítulo nomeado de “*A praça e o coreto enquanto lugares praticados*”, onde a pesquisa passa a trabalhar este espaço como símbolo e representação da urbanidade do novo município paraibano emancipado, espaço este caracterizado pelas diversas formas de usos, significações e apropriações feitas pela sociedade e pelos poderes políticos.

2. O PALCO: SANTO ANDRÉ E SUA HISTORICIDADE

Escrever sobre um tema em que tenho tanta proximidade, local que nasci, cresci e que vivo até hoje me fez repensar acerca da minha relação com o objeto de pesquisa. Esta posição tão alinhada ao espaço que me refiro despertou-me preocupação quanto a minha posição de escrita, rapidamente sanada pelos escritos historiográficos sobre localidades semelhantes produzidos por outros autores que buscavam também contribuir com as narrativas sobre suas cidades. Sobre esta proximidade, compactuo com o pensamento de Chartier (1993), quando o autor discorre de forma pertinente sobre este embate entre o historiador e sua proximidade com sua pesquisa:

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada. (CHARTIER, 1993, p.8)

Historicizar o município de Santo André em seu aspecto urbano significa observar ritmos e assimilações singulares acerca do que a historiografia determinou sobre modernidade urbana, isto devido ao fato da cidade possuir, mesmo nos dias de hoje, um ritmo de sociabilidade ainda lento e que caracteriza demasiadamente a tradicional vida “pacata” dos interiores paraibanos. Esta preocupação se assemelha a de Silva (2015, p. 17) que expõe sobre os interesses da escrita sobre cidades afirma que o objetivo destes escritores é “levar ao leitor o conhecimento de algumas experiências que vêm sendo desenvolvidos nos mais variados centros urbanos”.

A cidade localizada na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro possui em sua história de formação diversas características que são similares à formação de diversas outras cidades do cariri paraibano. Descoberto desde o ano de 1669, de acordo com dados¹⁰ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o processo de doação de Sesmarias¹¹ do movimento de

¹⁰ Dados do IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santo-andre/historico>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

¹¹ Os chamados “processos de sesmarias” foram movimentos de distribuição de terras para fins como cultivo e povoamento feitos pela coroa portuguesa no território então descoberto. Esse processo calhou na fundação de diversas localidades fruto dessa expansão.

colonização, a cidade seguiu uma longa história de “dependência” até o ano em que efetivamente se tornou município.

O termo “dependência” utilizado acima não faz alusão a um menosprezo perante a historicidade do lugar, nos referimos nesta questão ao tempo em que Santo André permaneceu distrito¹² das cidades de São João do Cariri e Gurjão. Durante este período (73 anos se considerarmos a primeira menção historiográfica do lugar como distrito até o movimento de emancipação) mesmo que os prefeitos dos municípios que Santo André esteve anexado se preocupassem com o desenvolvimento do distrito, a principal preocupação deles era para com suas cidades. Essa dependência corrobora, de acordo com as produções historiográficas sobre o lugar, com o estabelecimento de certo atraso social, econômico e político na formação e infraestrutura da cidade, pois, antes de sua autonomia política, as reformas urbanas estavam sujeitas a ação de terceiros e nem mesmo tinha-se uma grande atuação da igreja no lugar.

Acerca da atuação da Igreja neste processo, tal fato é apontado por Rietveld (2009) quando, expondo dados da atuação da igreja na região o autor enfatiza que nem os padres se estabeleciam no então distrito. Diante do exposto podemos imaginar a falta de estrutura moderna que suprissem a estadia dos padres no distrito, de condições para tal, pontos que podem explicar os motivos dos párocos não permanecerem. A história eclesiástica¹³ produzida pelo autor traça algumas perspectivas da sociabilidade santoandreense no século passado:

A conclusão desta lista exaustiva é que mais do que vinte padres trabalharam no século passado em Santo André, o que é um número bastante considerável. Junto ao fato de que esses padres nunca moraram no povoado, ao contrário, as visitas eram escassas, se conclui que a participação do povo no processo eclesial foi maior e ficou por muito tempo nas mãos das lideranças fortes do lugar. (RIETVELD, 2009, p.176)

A vida no lugarejo era caracterizada pelos movimentos sociais e festivos escassos feitos pela Igreja Católica e pela agricultura, não somente como forma de subsistência, mas como modo de viver que caracterizava a pacata vida da região que possuía um lento ritmo de modernidade. O município localizado na

¹² A própria definição da palavra distrito faz alusão a certa dependência, a palavra deriva do latim *districtus* e significa “território dependente da cidade”.

¹³ Sob a influência da escrita de Eusébio de Cesaréia, considerado primeiro historiador da Igreja Católica, Padre João reconta a história eclesial Católica na Paraíba e abarca com isso as minúcias de personagens e histórias “esquecidas” pelas brenhas do sertão caririzeiro.

mesorregião da Borborema, microrregião do cariri oriental paraibano, possui área de 197,791 km² e teve desde sempre seu nome ligado à cidade de São João do Cariri. Foi referenciado como distrito através da lei nº 533 de 25 de janeiro de 1921 e a partir de então figura historicamente como constituinte do território de São João do Cariri.

É interessante observar que houve em toda sua história apenas um registro de alternância na nomenclatura do lugar, fato ocorrido no dia 31 de novembro de 1943, pelo Decreto-Lei de nº 520 que fez com que o lugar passasse a denominar-se de Mucuitu. Entretanto a alternância durou apenas seis anos, pois o município retornou à antiga nomenclatura no dia 07 de janeiro do ano de 1949 pela lei estadual nº 318.

A velocidade em que a localidade teve seu nome remodelado e posto de volta a nomenclatura original chama atenção e através da observação feita por Rietveld (2009, p.159) relatando que “durante os anos houve uma mudança na terminologia; de sítio Santo André para fazenda Santo André, porém o nome do santo ficou guardado” podemos concluir que existia ao menos um respeito à historicidade do nome Santo. Tal observação, em comparativo ao curto período em que a alternância do nome do distrito vigorou, pode demonstrar recusa ao novo nome. Deixando também transparecer a ideia de uma religiosidade forte no então distrito, fazendo o mesmo ter em quase que toda sua história a mesma nomenclatura do santo “patrono dos pescadores e dos homens que carregam água”¹⁴.

No ano de 1962 Santo André passa a ser distrito da cidade de Gurjão pela lei nº 2747 que desmembrou o antigo distrito “Timbaúba do Gurjão” da cidade de São João do Cariri. Acerca deste movimento, que passou a ser marco também da futura cidade de Santo André, Borges (2018) exalta a alegria do movimento emancipatório para Gurjão;

Sonho que enfim foi realizado, pela determinação da lei estadual de nº 2747, de 02 de janeiro de 1962, que em sua nova forma constituía-se Gurjão como uma cidade sede com um distrito denominado de Santo André, desligando-se da cidade de São João Cariri e não só dela, mas deixando apenas em sua história suas antigas denominações, Timbaúba do Gurjão nos idos de 1938 e Timbaúba em 1943, ano que pela lei estadual nº520, surge a denominação de Gurjão ainda como distrito, mas que acompanha a elevação a município. (BORGES, 2018, p. 14)

¹⁴ (Cf. RIETVELD, 2009, p. 159).

Um “marco” na história do futuro município, pois de acordo com Brito (2010, p.17), o povo santoandreense jamais se conformou com o desmembramento do seu distrito da cidade de São João do Cariri, o que talvez tenha impulsionado o desejo de autonomia política e recusa ao emparelhamento com o novo município de Gurjão. Santo André só veio obter sua emancipação política 32 anos após o movimento feito por Gurjão, todavia o seu antigo município sede foi inegavelmente fruto da onda emancipatória que a Paraíba foi berço entre 1950 e 1965, deixando ao distrito de Santo André um caminho que foi trilhado de forma posterior.

Sobre o movimento que a cidade de Gurjão esteve inserida relata Bezerra (2016) que;

Entre 1951 e 1965, muitas outras salvas de tiros foram ouvidas em todos os recantos do estado, como descrito em relação ao município de Prata, desmembrado de Monteiro. Nesse período, a Paraíba abrigou a formação de 130 municípios, instalados ao modo daqueles aplausos. Em específico, os anos de 1959 e 1961 registram a criação de 84 dessas localidades. Uma após outra, cada uma delas ocupou a condição de nova unidade política “caçula” em meio aos tantos “filhos” incorporados ao mapa político estadual. (BEZERRA, 2016, p.123)

A cidade de Santo André difere das majorias das narrativas existentes sobre o tema “cidades”. Ela foge dos aspectos das multidões, das novidades desenfreadas, de uma urbanização fulminante tal quais os grandes centros urbanos. O fato que marca a caracterização da mesma como cidade, autogovernada e finalmente emancipada, se deu apenas na aurora do século XXI, quando o jovem município consegue enfim sua importância administrativa se desgarrando da cidade de Gurjão, através da lei estadual de nº 5906 de 29 de abril do ano de 1994 dando início a um vagaroso processo de autonomia.

Observamos mais adiante que o município de Gurjão deu vigor a diversos requerimentos e projetos de leis visando aproximar o distrito de Santo André da modernidade urbana, mas a autonomia obtida no seu processo de emancipação notadamente impõe um aceleração das alterações urbanas em prol da formação de lugares e ressignificação de outros no espaço urbano santoandreense que então vai ser modificado.

O modernismo urbano que observamos nesta realidade difere obviamente daqueles edificadas por grandes metrópoles. Observamos nesta localidade não apenas o ritmo que as alterações urbanas são inseridas no lugar, mas

principalmente a intencionalidade de cada reformulação em Santo André no sentido de fazer valer o novo status de cidade e valorizar este marco.

2.1 A idealização da modernidade urbana

Entender brevemente o surgimento desta idealização moderna de um projeto urbanizador se faz necessário para podermos observar os impactos infraestruturais que a cidade sofre ao longo de seu tempo como distrito assim como também das modificações que a cidade é palco com sua emancipação, pois o ritmo ao qual Santo André inicia sua estruturação urbana é singular a sua localidade.

O conceito de urbanização popularizado a partir da segunda metade do século XIX foi estruturado principalmente baseado nas reformas que Londres e Paris foram palco e que serviram de modelo para que outras cidades iniciassem suas reformulações urbanas baseadas nesses padrões modernos, mas sua aplicabilidade estaria sujeita a distintas realidades de efetivação.

O urbano como tema histórico é um assunto extremamente debatido na historiografia nacional, todavia Silva (2014, p. 408) observa que “o que de fato sabemos é que a historiografia pouco pensou sobre os processos de urbanização das cidades do interior brasileiro.” A produção historiográfica sobre a urbanização das cidades se estabeleceu, de forma inicial, sobre centros que seguissem o primeiro grande modelo de cidade, pois ela estabeleceu os signos do moderno e do progresso:

Como léxico, o termo urbanismo possui pouco mais de cem anos. Apareceu pela primeira vez no “Boletim da Sociedade Geográfica de Neufchatel, de 1910. Entretanto, como prática, é anterior à criação do neologismo por I. Cerdá, remontando à reformulação de Paris, no século XIX. O precursor das intervenções na urbe e, conseqüentemente, do que passou a se entender por “urbanismo”, foi Georges-Eugène Haussmann, o engenheiro que transformou Paris na cidade mais imponente da Europa, arquétipo do urbanismo oitocentista. (SILVA, 2014, p. 415)

De fato as reformas nas capitais da França e da Inglaterra, no século XIX, estabeleceram um ritmo idealizador de reformas urbanas no ocidente. Ali nasceu

algo como um conceito novo de urbanização, um modelo ou ao menos um sentido modernizante dos lugares¹⁵.

As cidades consideradas grandes tinham, a partir de então, um modelo de estruturação a ser seguido e os escritos sobre lugares observaram os sentidos e atribuições que o novo modelo civilizatório passaria a estabelecer na vida dos habitantes que estão inseridos no seio urbano. Estas cidades, e as produções sobre elas, edificaram um determinado olhar quando se observa a temática das cidades como objeto de pesquisa.

Passou-se a observar as cidades e a modernidade, ou os signos do moderno, em um emparelhamento frenético com as multidões, as novidades desenfreadas, os inventos e demais aspectos que viriam a caracterizar o que iríamos a chamar de “modernidade”, e a escrita sobre este tema foi tendo essa conotação ao longo dos anos.

Mas qual o conceito de modernidade? Para alguns o moderno baseia-se no novo, na ideia de ser mais atual e sofisticado. Para outros a modernidade está atrelada naquilo que altera o antigo, que remodela algo pré-estabelecido.

É interessante observar, de forma primária, que o conceito de modernidade é algo fabricado e promulgado por pontos de vista e projetos idealizadores que edificam e impõe ao demais sua perspectiva, como foi feito com as idealizações urbanas propagadas por Londres e Paris. Nos debates sobre o projeto civilizatório envoltos da urbanização e da cidade como receptáculo da modernidade, Gomes e Santos (2011, p. 1) exclamam que “as cidades, grande moradia dos homens, foram, antes de tudo, os grandes cenários da modernidade”, partindo do pressuposto que a cidade é o palco de acontecimentos civilizatórios.

A cidade carrega consigo, em toda historicidade do termo, este ideal de civilização. É de sua natureza ser palco de acontecimentos humanos, de inventos e de alterações do modo de vida, pois é nela que se integram os agentes sociais responsáveis por essas ações que impactam a sociedade. Chamamos de cidade

¹⁵ Compreendemos o lugar de acordo com a atuação das ações humanas. Seja em contexto social, político ou por ações que modificam o meio em que vive o homem produz relações e altera estruturalmente seu espaço. O lugar é nesta leitura “produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade.” Ver CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

aquilo que é, de forma simplista, uma organização social e política pautada em normas de integração que fazem os agentes sociais que nela se integram viverem em um conjunto de sociabilidade.

Como definem os sociólogos, é um espaço de conflito de classes, de culturas e de modos de vida distintos que acabam por formar esses centros urbanos. Pesavento observa a cidade, em seu conceito histórico, expondo a urbe e seus naturais processos de alterações:

As cidades fascinam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como os indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos. Nessa aurora do tempo, milênios atrás, elas lá estavam, demarcando um traçado, em formato quadrado ou circular; definindo um espaço construído e organizado, logo tornado icônico do urbano — torres, muralhas, edifícios públicos, praças, mercados, templos; a exibir sociabilidades complexas e inusitadas na aglomeração populacional que abrigavam. (PESAVENTO, 2007, p. 11)

A cidade historicamente sempre esteve alinhada a modernidade, esse conceito de modernização urbana, de projeto civilizatório é edificado e propagado na segunda metade do século XIX, pois a cidade e o próprio termo “metrópole”¹⁶ tem uma carga histórica anterior à produção acadêmica acerca da temática originada neste mesmo século. Essa reviravolta no conceito de modernidade e estabelecimento do termo urbanismo fez com que as localidades passassem a buscar cada vez mais a sua adequação ao estilo estruturado pelas grandes e precursoras cidades que edificaram o conceito de urbanidade moderna.

Entretanto, Canclini (1998) contribui em sua análise para observarmos que a aplicabilidade da utopia modernizadora da urbanização de Londres e Paris em outros cenários tem sua imposição reformulada por fatores singulares próprios dessas regionalidades. Quando observamos países¹⁷ da América Latina temos outro ritmo de assimilação das novidades urbanas e demais aspectos modernizantes. De acordo com o autor, “não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização”¹⁸.

¹⁶ A palavra se origina do grego mitrópoli (μητρόπολη), que designava uma “cidade-mãe”, cujas dimensões e problemas podiam ser comparados aos das metrópoles modernas. (Cf. SILVA, 2014, p. 413)

¹⁷ Mesmo no Brasil, a título de exemplificação, o Rio de Janeiro, teve sua inspiração urbana baseada na cidade civilizada de Paris. A cidade parisiense foi “Ícone da civilização moderna” e “referência das reformas urbanísticas do Rio de Janeiro” por intervenção do prefeito Pereira Passos. (Cf. SILVA, 2013 p. 417)

¹⁸ (Cf. CANCLINI, 1998, p.154)

Seria necessário, de acordo com o autor, observar a própria estruturação social latino-americana para podermos dialogar com a aplicabilidade dos sentidos urbanos modernizantes, e aqui se fala também da modernidade em termos culturais (leitura, teatro, arte), oriundos dos padrões estipulados das capitais Londres e Paris em localidades distintas.

[...] seria preciso entender a sinuosa modernidade latino-americana repensando os modernismos como tentativas de intervir no cruzamento de uma ordem dominante semi-oligárquica, uma economia capitalista semi-industrializada e movimentos sociais semitransformadores. (CANCLINI, 1998, p.83)

Mesmo que o modelo civilizatório inspirado nas capitais supracitadas tenha moldado o ideal urbanístico desejado pelas elites¹⁹ que formavam essas revoluções estruturais nas cidades que posteriormente fossem basear sua reformulação urbana nestes aspectos o fato é que o modelo europeu de civilização, urbanização e modernização tido como o correto atravessou a temporalidade da Idade Moderna e chegou com potencialidade às produções de escritos historiográficos sobre cidades.

É como observa Le Goff (1982) em sua análise dos movimentos de conquista, da ciência colonial e demais fatores envolvidos de uma perspectiva iluminista da história e da crença em um espírito universal de uma caminhada rumo ao progresso, estabelecidos em distintas temporalidades, cenários e civilizações que firmaram também esta idealização do projeto urbano para os grandes centros e, sobretudo, sobre os escritos iniciais sobre a temática de cidades pós século XIX.

Todavia, a escrita historiográfica alargou seus campos de estudos e passou a observar não apenas o frenético ritmo desses grandes centros urbanos, mas passou a contemplar outras localidades com distintos modelos de desenvolvimento urbano. O fator de alargamento do campo teórico historiográfico sobre cidades pode ser observado, de forma mais contundente, com a amplitude dos estudos sobre história local²⁰. O interesse desses historiadores que produzem

¹⁹ Embora as modificações urbanas empreendidas em Paris, uma dos pilares da nova concepção de cidade moderna, tenha sido empreendida por questões sanitárias e de lazer em “nome do povo” o que de fato ocorreu é que essas reformas atenderam mais ao interesse do “cidadão burguês, dono do capital, do que à plebe revoltosa. Esta foi expulsa para a periferia”. (Cf. SILVA, 2013, p. 416)

²⁰ A história local é um campo de estudo que de acordo Donner (2012, p.223) é “devedora dos Annales e das novas correntes historiográficas do século XX”. Este campo produz uma

sobre localidades cada vez mais singulares derroca no movimento de contribuir com essa nova corrente de produção historiográfica.

A História Local tem conhecido, nos últimos anos, um progressivo desenvolvimento devido ao interesse da investigação histórica atual, pelo estudo das comunidades locais que se tem traduzido num crescente número de trabalhos académicos, tendo por objeto a análise de realidades locais ou regionais. (PROENÇA, 1990, p.139)

No movimento de observar localidades com realidades cada vez mais distintas daquelas que edificaram as grandes metrópoles como modelo de traçado urbano, a história local começou a investigar gradativamente comunidades ou temas que não figurassem com grande respaldo na composição da chamada História Geral.

Silva (1998) nos trás um pensamento oportuno quando observa que olhar com atenção estas pequenas localidades não faz com que perdêssemos o “*timing*” de observação da história das cidades, pelo contrário, observar essas minúcias é contribuir para a reparação de lacunas e esquecimentos históricos.

Por outro lado, na perspectiva de alguns universitários a História Local não é suficientemente importante para impor alguém no panorama da historiografia nacional, como se o historiador passasse o tempo a olhar para uma árvore e se desinteressasse pela floresta. É evidente que o interesse pela árvore não dispensa a atenção para a floresta. (SILVA, 1998, p. 384)

Observar, portanto, uma pequena cidade ou “árvore” não significa analisar algo que não contribua para a grande narrativa sobre cidades e seus grandes movimentos de alterações urbanas e modernistas. Observar estas pequenas localidades nos leva a adentrar no movimento de contribuir para a escrita sobre cidades evidenciando outras realidades e ritmos.

A variedade de escritos sobre a história dessas pequenas cidades, trazendo esta discussão para o cenário em análise que é o nordeste do país, explana bem que estes estudos amplificaram a conotação de cidade moderna estabelecida no século XIX e analisaram não apenas o fervor da modernidade urbanística, mas também trouxeram uma nova forma de observar este tema analisando os impactos das inovações nestes novos cenários.

historiografia que como expõe Goubert (1992, pg. 70) diz respeito a “poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média”, sendo imensurável na descrição de povos e histórias singulares para a escrita da história.

Dentre as obras que edificaram esta análise em seio paraibano podemos observar o levantamento feito por Borges (2018) quando a autora pontua obras que foram capazes de observar, em outros aspectos e ritmos, a estruturação de municípios paraibanos que possuem particularidades próprias de familiaridade com o modernismo urbano.

Na Paraíba, diversas cidades já foram tomadas como objeto por diversos ângulos, principalmente a partir dos anos 1980, contribuindo para a historiografia das cidades. Podemos citar, a título de exemplo, a dissertação intitulada *Signos em confronto: o arcaico e o moderno em Princesa (PB)* dos anos vinte, defendido na UFPE pela pesquisadora Serioja Mariano, no final dos anos 1990, na qual a autora aborda a modernidade em uma cidade do sertão da Paraíba, a partir da inserção de equipamentos modernos. Também, pode-se citar a cidade de Campina Grande a partir dos trabalhos de Fábio Gutemberg *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*, e a tese de Severino Cabral Filho, *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*, os quais utilizam imagens para estudar a modernidade e a vida nos seus mais diversos aspectos. Ainda, é possível citar a cidade de Aroeiras em um período de diversas mudanças, em suas transformações materiais e nos usos dos habitantes da mesma, a partir da dissertação apresentada por Iordan Queiroz Gomes, intitulada *Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)*. (BORGES, 2018, p. 10)

A valoração deste movimento pode ser mensurada quando nos atentamos que no processo de escrita da história cada traço perpetuado nas obras valoriza e mantém viva através de um forte temporal todas as significações de um povo, de sua cultura, seu modo de vida e de suas memórias em um processo de defesa do passado e do “esquecimento”. Um forte temporal que, em sentido de parábola, serve como fortaleza dos esquecimentos, na defesa de minúcias que são valorosas para a composição da historiografia paraibana.

A historiografia “oficial” é redigida através de uma árdua luta de memórias, de símbolos e de vivências que querendo ou não fazem parte de um processo geral, porém nem sempre ganham lugar ao palco. A escrita historiográfica sobre a temática de cidades esteve por muito tempo interessada nas multidões, nas novidades, no moderno e em tudo aquilo que o modelo europeu de urbanização estabelece sobre o conceito de cidade, todavia a utopia da aplicação desses signos modernistas no Brasil não seguiu a risca este traçado.

A região nordeste do país é uma exemplificação básica desta questão, em especial o estado da Paraíba. Desde a ocupação populacional deste território podemos observar algumas características da estruturação dessas cidades,

evidenciando problemáticas como a discrepância social e os motivos dessas localidades serem “retrógradas” no que tange a adaptação ao modelo de modernismo urbano europeu. É desta problemática que surge uma das principais questões sobre o desenvolvimento dessas cidades interioranas da Paraíba. O modelo de evolução destes núcleos urbanos foi baseado nos interesses coloniais.

Na Paraíba, o processo de ocupação do território se deu primeiramente em função da produção do açúcar, que beneficiou especificamente as cidades que se encontravam próximas aos campos de cultivo da cana de açúcar, e que tinham um porto para escoar a produção. Destacam-se durante os séculos XVI e XVII a cidade da Parahyba (João Pessoa), com o porto do Capim e Mamanguape, que até o final do século XIX era um importante centro comercial e cultural em função de seu porto. Ao processo de ocupação do interior, corresponde o aparecimento de povoados que iria, posteriormente, com a atividade do gado e do algodão, se tornarem cidades. (SILVA, 2004, p. 34)

Este processo fez, de fato, surgirem diversas localidades pelo território paraibano frutos de doações de terras e/ou ocupações de povoados para descanso e assim surgiram algumas sociabilidades no Cariri. Entretanto o desenvolvimento infraestrutural dessas localidades, principalmente aqueles mais distantes dos mais importantes núcleos políticos, ficou em um terceiro ou quarto plano de importância aos interesses políticos da época. Silva (2004, p.34) esclarece que para entendermos o processo de urbanização paraibana devemos “levar em consideração não só a dinâmica econômica estadual, mas também as dinâmicas regionais, nacionais e em alguns casos, internacionais”.

Isso se deve ao fato que a urbanização trazia consigo uma gama de estruturas e arquétipos que estavam alinhadas as perspectivas europeias de civilidade urbana. Na Paraíba poucas cidades tinham familiaridade e estruturação para se alinhar a esta utopia modernizante, a urbanização trazia consigo centros de instituição de poder e signos que poucas localidades suprimam de forma inicial.

A urbanização, por sua vez, passa a ser um processo mais complexo, trazendo para as cidades a necessidade da implantação de infraestrutura urbana (serviços de iluminação pública, água, saneamento, vias e transporte coletivo), sistema educacional (de base acadêmica europeia) e os meios de informação por onde as influências inovadoras penetram, como teatros, museus, bibliotecas, jornais, agremiações, partidos políticos e outros, diversificando a vida urbana, antes centrada nas atividades religiosas. (SILVA 2004, p. 35)

Essa complexidade está arraigada ao processo de estruturação das cidades em um estado que teve em sua história diversas problemáticas

socioeconômicas, de discrepância social e falta de recursos e interesses de uma melhor democratização de serviços básicos para melhora da infraestrutura de diversas localidades.

Evidenciamos a problemática a partir da observação feita por Bezerra (2016, p.229) onde a autora salienta que “em 1970, a Paraíba era um dos mais pobres estados brasileiros, com uma renda per capita pouco superior a um terço daquela alcançada no país” e que estes processos emancipatórios que formaram diversas cidades no território paraibano teriam a funcionalidade de servir como oferta de “bens e serviços públicos que chegaram aos novos municípios, minimizando as carências inscritas nos antigos distritos, que eram verbalizadas a partir da denúncia do seu “abandono” pelas sedes”.

Portanto, a “produção territorial”²¹ edificada por estes processos emancipatórios faz surgir diversas territorialidades, mas abarcam em conjunto problemáticas estruturais que fazem com que estes lugares se modernizem de acordo com suas próprias assimilações em um ritmo de familiarização com o moderno alinhado com a realidade *in loco*.

De acordo com Gomes e Santos (2011, p.9) estas são “regiões que processaram experiências modernas sob outros critérios de validação, como se por lá a modernidade fosse pintada com outras cores, com outro verniz”. São lugares que assim que são emancipados desejam formular alterações em seu espaço urbano, todavia este sonho de uma modernidade desejada figura longe das realidades europeias, pois como afirma Aranha (2006, p.67) é “impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a ideia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais europeias do período oitocentista”.

A estruturação da urbanização paraibana estava condicionada a uma série de fatores que produziam peculiaridades, as instabilidades econômicas e a base de uma sociedade majoritariamente rural em muitas localidades fizeram com que surgissem diversos municípios, como observam Gomes e Santos (2011, p 17), onde os “limites entre o urbano e o rural não estavam tão nitidamente definidos”.

O município de Santo André não difere de tantos outros do território nacional, em especial do nordeste. Cidade típica do interior carregou a

²¹ (Cf. BEZERRA, 2016, p.226)

problemática da lentidão do desenvolvimento e urbanização tanto pelo afastamento dos grandes polos políticos e administrativos então vigentes no estado quanto da discrepância social estabelecido pelo modelo de ocupação e desenvolvimento do seu território.

O distrito das cidades de São João do Cariri e Gurjão teve em seu desenvolvimento particularidades inerentes a diversas cidades do cariri paraibano. Longe dos signos do moderno padronizados utopicamente pela narrativa europeia de modernização, Santo André teve sua ocupação de terras baseada na criação de gados²² e sua economia estritamente ligada, durante um período histórico ao plantio de algodão, como nos relata Oliveira (2014) no periódico “Santo André em revista”²³.

A economia de Santo André, entre os anos de 1965 e 75, esteve em alta com o chamado ouro branco. O termo se refere á cultura do algodão que foi de considerável importância no contexto econômico-social da região nordeste e base da agricultura naquele período. O algodão possibilitou a chamada agricultura familiar, pois seu processo de plantio e colheita envolvia toda a família. (OLIVEIRA, 2014, p6)

Santo André recebia suas reformas urbanas de forma gradativa, mesmo tendo um histórico lento em termos de reformulações desta natureza. Durante seu período como distrito foi alvo de projetos de leis e requerimentos que continham a tentativa de urbanizar o espaço (especialmente no período que pertencia a Gurjão) e este processo foi potencializado com o seu processo de emancipação. Observamos a seguir tentativas de inserir o então distrito na “modernidade”, objetivando melhorias em sua infraestrutura que tentavam dar um aspecto de cidade ao lugar que continha traços rurais em demasia. Ao seu ritmo emergia a estrutura de uma cidade, fruto de um processo lento, mas significativo para Santo André e seus habitantes.

²² De acordo com a produção de João Jorge Rietveld o nome “Santo André” poderia derivar de uma fazenda do litoral, onde hoje é localizado o município de Santa Rita, chamada engenho Santo André. As terras de Santo André seriam uma fazenda para o fornecimento de carne, couro e tração ligada ao engenho do litoral, sendo então o município fruto deste processo de ocupação. (Cf. RIETVELD, 2009, p. 159)

²³ Disponível em: <http://issuu.com/revistasantoandre>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

3. A ESTRUTURAÇÃO DA FUTURA CIDADE: ALTERAÇÕES URBANAS E NOVIDADES EM SANTO ANDRÉ

Escrever sobre o processo de urbanização da cidade de Santo André é caminhar em um horizonte onde as tentativas de entrar na modernidade são sentidas a cada traço, pois cada alteração reformula os usos dos espaços e impacta o modo de vida da sociedade do lugarejo. Perceber os impactos dessas alterações urbanas, que ensaiam aproximações com o moderno é tarefa árdua perante a escassez de fontes que sirvam de registro dessas modificações.

Pouco se tem de escrito sobre a cidade de Santo André. Desde perspectivas de fontes historiográficas, relatos literários ou produções jornalísticas o apunhado letrado sobre este município paraibano é extremamente reduzido. Todavia, duas obras merecem uma especial atenção e foram extremamente ricas para a produção desta pesquisa: *“O verde do Juazeiro; história da paróquia de São José de Juazeirinho”*, de autoria de João Jorge Rietveld e a obra *“Santo André Antigo: História de um lugar (das origens ao ano de 1960)”*²⁴ de autoria de Maria da Paz Pereira Brito.

Ambos os autores e suas obras, com os quais inclusive já dialogamos anteriormente, foram fundamentais no processo de orientação de uma historiografia descritiva da historicidade do município expondo também no processo a estruturação da futura cidade. Rietveld (2009, p.158) expõe, por exemplo, o primeiro ato religioso registrado no município no ano de 1775. O batismo de “Maria”, relatado pelo autor, estrutura a evidência de uma mínima sociabilidade no lugar á época a partir da presença da instituição religiosa na região.

Sociabilidade esta que sempre obedeceu ao ruralismo durante ampla parte da historicidade do vilarejo. A fé cristã, o plantio de cereais como milho, feijão, do algodão e demais formas de subsistir marcaram a vida ruralista do distrito. O ritmo de vida “vagaroso” em relação a outros centros urbanos marcou historicamente a sociabilidade do lugar, formando um povoado extremamente religioso, acolhedor e

²⁴ Diante das duas obras temos uma familiaridade: ambos os autores tiveram relação profunda com a cidade e Rietveld, ademais, escreveu o prefácio da obra de Brito. Maria da Paz Pereira Brito nasceu e viveu durante muito tempo no município e Padre João Jorge Rietveld atuou durante anos como padre e tem um apreço popular indescritível na comunidade. Ambos com um árduo desejo de descrever histórias e personagens esquecidos pela força do tempo descrevem particularidades importantíssimas da cultura, economia, história, sociabilidade e formação do município de Santo André.

pacato. Todavia essa vagarosidade se estendeu também ao processo de alternância estrutural do seu meio, Santo André sempre teve sua reformulação urbana caminhando de forma lenta, demorando a se “vestir de cidade”.

A fotografia abaixo não possui datação precisa, ela e as demais fotos são utilizadas nesta escrita como forma de ilustração²⁵ do cenário estudado. Todavia, pela edificação da igreja ao lado esquerdo da imagem podemos referenciá-la ao menos a partir da década de 1910, pois de acordo com Rietveld (2009, p.169) “ela somente foi terminada em 1911”. Na imagem que provavelmente foi produzida muito após o ano referido anteriormente observamos a capela, algumas casas e uma árvore ao fundo que até os dias de hoje permanece intocável. Não conseguimos vislumbrar redes de energia elétrica, veículos ou pessoas transitando, instalação de calçamentos ou sequer de meio-fio em um cenário que já representava a artéria principal do lugar desde o ano de 1978²⁶.

Figura 1 - Atual Avenida Fenelon Medeiros, antes do processo de urbanização que edificou a praça central da cidade.



Fonte: Acervo do Museu Professora Maria Pereira de Brito.

²⁵ Apesar das imagens serem sim, fontes de análise para o historiador, as fotografias são usadas neste trabalho de maneira ilustrativa. Observando no cenário a permanência ou ausência de determinados aspectos urbanos no lugar. Estas imagens serão analisadas em toda sua potencialidade em trabalhos futuros, vide a potencialidade destas fontes.

²⁶ Neste ano houve a solicitação para a concessão do nome de Fenelon Medeiros a “artéria principal do distrito de Santo André”, exposta na figura 1. A cidade de Gurjão, a época dona das terras de Santo André, considerava o território “único e próspero distrito deste município”. (ATA, 1978, p.4)

Esta artéria principal, lugar onde se estruturaria a praça central e o coreto que serão discutidos de forma póstuma, foi palco de lentos processos de remodelamentos. Processos estes lentos não apenas pelo modo de vida bucólico²⁷, mas primordialmente pela posição de dependência enquanto distrito de outras localidades. O cenário exposto na figura 1 possuía uma sociabilidade e familiaridade com o moderno reduzida, os viajantes que rumavam de passagem ou descansavam no lugar alteravam esporadicamente a monótona vida na região.

A Rua de Santo André era o meio do caminho dos boiadeiros, tropeiros, cavaleiros e retirantes. Isso constituía parte do movimento de Santo André. Por encontrar-se em uma posição central, tudo que vinha dos brejos para o alto sertão, havia de passar pelo meio da rua. Até mesmo as mais importantes tropas de ciganos, movimentavam a tão monótona vida do lugarejo (BRITO, 2010, p. 26).

E assim foi a vivência no vilarejo durante muitas décadas: pouca habitualidade com o moderno e uma sociabilidade extremamente ruralista e reduzida. Afastado de grandes centros urbanos e dependente do seu município sede, apenas no ano de 1931 tem-se registrado a presença de automóveis no então distrito de São João do Cariri, tratava-se do primeiro caminhão do vilarejo que pertencia ao senhor Severino de Araújo Ramos²⁸ possibilitando que o distrito passasse a fazer comércio de cereais com mais frequência e com cidades mais distantes.

Neste ponto é interessante perceber que mesmo com a aproximação do município com o automóvel, símbolo de modernidade, o carro de boi nunca foi preterido e é até os dias de hoje instrumento útil a população local. Os carros de boi continuam nos atuais dias figurando na cidade, dividem espaços com os carros e motos e são também inestimáveis na agricultura local, seja no transporte de serviços da roça ou em pipas d'água para o abastecimento de casas até mesmo na cidade, como podemos visualizar na imagem a seguir:

²⁷ Remete-se ao estilo de vida do campo, puro e simplificado. Bucólico significa rural, campestre e rústico.

²⁸ (Cf. BRITO, 2010, p.10)

Figura 2 - Carro de boi no centro da cidade, em frente ao coreto da praça dividindo espaço com veículos e pessoas, cena típica na cidade. Foto datada de dezembro de 2019.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Esse laço entre o urbano e o rural faz parte do relacionamento entre Santo André e a modernidade urbana. Ademais, este estabelecimento de uma delimitação entre o urbano e o rural é observado por diversos trabalhos que contribuem para esta análise. A inserção de equipamentos urbanos em localidades onde o modo de vida da sociedade obedece a ritmos distintos acaba por se tornar um evento que forma uma cultura híbrida, mesclada entre ruralismo e uma reconfiguração do moderno. Oliveira (2007, p.180) dialogando com o conceito de cultura híbrida formulada por Canclini expõe que “a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. Cidade e meio rural se articulam”.

Este retrato de hibridismo entre o rural e urbano é ainda mais acentuado nessas regionalidades que tiveram processos de urbanização mais vagarosos. A Paraíba, como se observou anteriormente, possuía dificuldades socioeconômicas que emperravam a estruturação urbana de diversas localidades e os distritos pertencentes a pequenas cidades nesse estado sofriam ainda mais nesta relação de dependência.

Sob esse lugar, reclamava-se a oferta de bens e serviços, os quais, como se supunha, apenas seriam disponibilizados se o distrito fosse alçado à

unidade municipal. Aliás, deixa-se a lembrança de que grande parte dos municípios brasileiros sempre foi formada por duas territorialidades: a sede municipal e um distrito ou mais, não sendo este portador de escalas de centralidade político-administrativa (BEZERRA, 2016, p.227).

A falta de uma “centralidade político-administrativa”, alinhado as demais problemáticas paraibanas de infraestrutura, fez com que estes distritos tivessem um alinhamento lento ao moderno e a urbanização. Observamos tentativas do município de Gurjão em inserir no seu distrito Santo André traços de urbanização em um cenário ainda exacerbadamente rural. Desejo este que estava mais alinhado a um próprio sonho de se modernizar por parte do município sede, como nos relata Borges (2018) quando observa os primeiros passos de Gurjão quando emancipado²⁹.

Ilustrando o perceptível, com a perspectiva de dar um ar de urbanidade a cidade, ainda tão imbricada por traços rurais, tem-se na 1º sessão de 1963 de autoria do então Prefeito do município Sebastião Borges Coutinho um projeto de lei sugerindo essa preocupação. Sendo, o projeto de lei nº 5/63 que “denomina ruas, avenidas e praças nas principais artérias da cidade e autoriza a colocação de placas de denominação e numeração e dá outras providências”, o qual foi aprovado por unanimidade na sessão de 03 de outubro de 1963 (BORGES, 2018, p.16).

É interessante percebermos as familiaridades evocadas nos processos emancipatórios dessas pequenas localidades. Se o município de Gurjão teve como um dos primeiros projetos de lei a denominação de ruas e avenidas quando conseguiu sua emancipação, reformulando seus espaços e criando a partir de então novos lugares de memória na identidade dos gurjãoenses, assim o fez a cidade de Santo André.

Através do projeto de lei nº 22/97, em 16 de outubro de 1997, o prefeito Lúcio Flávio Cosme de Medeiros transformava em “avenidas as ruas Fenelon Medeiros e Aprígio Ribeiro de Brito”³⁰ alterando o plano urbano em clara intencionalidade de fazer o recém-nascido município se reformular, expandir-se e travestir-se finalmente de cidade.

O termo “avenida” pode ser definido como uma via pública urbana ampla, geralmente provida por guarnecimentos. A Avenida Fenelon Medeiros ainda não possuía o coreto da praça a época, que foi posteriormente construído na

²⁹ 1º sessão extraordinária no dia 3 de outubro de 1963. (ATA, 1963, p.5)

³⁰ Projeto de lei que transformava ruas em avenidas e dava outras providências em 1997 no município de Santo André. (ATA, 1997)

intencionalidade de ser um terminal rodoviário e assumir este papel central na artéria principal da cidade caçula do município paraibano.

Esse momento da cidade de Santo André pós-emancipação é fruto do processo de autonomia política conseguida pelo município, que antes deste episódio tinha sua reformulação estrutural e aproximação à modernidade atrelada aos desejos do município de Gurjão. A revista *Avante*³¹, por exemplo, em sua edição de 1972 corrobora com o pensamento de que o município de Gurjão possuía iniciativas de levar traços do moderno para o seu distrito. Esta fonte encontrada no município de Gurjão no processo de escrita deste trabalho estava nas mãos da historiadora Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges e foi extremamente valiosa para fundamentação de uma visão dos poderes políticos de Gurjão para com o distrito de Santo André. O periódico possuía uma grande propagação de marketing dos governos dos municípios do nordeste, onde os prefeitos pagavam para esporem seus feitos e na edição de 1972 a revista expõe diversas feitorias do então prefeito de Gurjão direcionada a cidade e ao distrito de Santo André. Esta fonte, com todo respaldo das intencionalidades de sua produção, expõe uma abertura para o vislumbre de Santo André e seu período enquanto distrito.

Podemos observar na Revista que algumas obras direcionadas ao distrito vão dando ao leitor a possibilidade de imaginar sociabilidades, de conhecer a estruturação da educação no então distrito e de perceber uma população que começa a sentir a necessidade de ter em seu lugar traços básicos do moderno. A sétima nota de rodapé desta pesquisa expõe alguns dados quanto a circulação do referido periódico.

Quando a reportagem relata a luta pela educação empreendida pelo então prefeito de Gurjão José Anchieta Maracajá Coutinho, é possível observar um trecho que relata sobre a localidade do Sítio Ginete, que hoje pertence à cidade de Santo André. A reportagem salienta que dois grupos escolares foram edificadas:

³¹ A revista em questão possui um alto teor de propaganda política, visto a intencionalidade de sua produção. Com o intuito de produzir o marketing dos prefeitos nessas revistas às matérias propagam sempre os projetos e idealizações dos benfeitores do município de Gurjão, seja em obras que tinham a intencionalidade de serem feitas ou que viriam a serem iniciadas. Obstante a ideologia dos escritos o fato é que a revista é uma fonte inestimável em uma região com escassez imensurável de jornais, revistas e periódicos que contem e preservem a historicidade da região. Com os relatos desses feitos podemos enxergar diversos marcos da aproximação da região com a teórica marca urbanística e moderna.

um no sítio Ginete e outro no sítio Riacho da Cobra³². A educação neste ponto é vista como traço do moderno e de sinais de avanços na região, a preocupação na melhoria da infraestrutura do lugar é uma marca de sinais de revitalização.

Educação esta que fez parte dos projetos da câmara municipal de Gurjão para o distrito de Santo André. Embora lentos, os projetos alteraram a infraestrutura do lugar e aproximaram o distrito de uma melhoria urbana e social. O vereador Wilson de Farias Ramos, no ano de 1977, solicitava ao prefeito do município a criação em Santo André de uma sucursal do Instituto Educacional Juarez maracajá³³ no distrito de Santo André.

A preocupação com a educação está atrelada a um óbvio desejo de desenvolvimento do município de Gurjão de forma geral, visto que a cidade de Santo André ainda era um território anexado e sem perspectivas de alternância desta posição de dependência. Com isso diversos grupos escolares foram edificadas, reformados ou renomeados no distrito de Santo André enquanto pertencente do município de Gurjão. Alguns exemplos são as escolas dos sítios Malhada Alegre³⁴, Pau-Caído³⁵, Pipa³⁶ e também da zona urbana³⁷ do então distrito.

Essas reformas, criações e reformulações dos espaços do município de Gurjão acabam por solidificar a base da infraestrutura do futuro município de Santo André, que gradativamente recebe esta lenta implantação da malha urbana e começa a se familiarizar com a modernidade em seu seio. Essa aplicabilidade da modernidade é reflexo das intencionalidades dos municípios em possuírem

³² Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972, p.93. Ano 8. Nº 8

³³ Requerimento apresentado na câmara municipal de Gurjão, na sessão extraordinária de 15-04-1977. (ATA, 1977, p.03)

³⁴ O projeto de lei nº 07/83 apresentado à câmara municipal de Gurjão fazia alusão à memória de Esmerino José Correia, filho do município, homenageando seus nobres serviços dando seu nome ao referido grupo escolar. (ATA, 1983, p.14)

³⁵ Dois projetos de leis foram encontrados sobre este grupo escolar. O primeiro, datado de 30 de abril do ano de 1984, autorizava a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 3.850.000,00 destinados à conclusão das obras de ampliação do referido grupo escolar. O segundo curiosamente, datado do mês de maio do mesmo ano, autorizava a abertura de um crédito adicional especial no valor de Cr\$ 3.860.000,00 destinado a conclusão da mesma obra. (ATAS, 1984, p.30 e 33)

³⁶ O projeto de lei nº 06/84 apresentado à câmara municipal de Gurjão autorizava a abertura de um crédito adicional especial até o valor de Cr\$ 4.550.000,00 destinado a conclusão das obras do referido grupo escolar. (ATA, 1984, p.32)

³⁷ O projeto de resolução nº 05/84 apresentado à câmara municipal de Gurjão "Denomina o colégio municipal de Santo André deste distrito de nome Fenelon Medeiros". (ATA, 1984, p.39)

contatos com termos básicos do moderno, da urbanização e da introdução de equipamentos nessas pequenas cidades.

Sobre estes desejos de moldar estes cenários, os aproximando dos signos do moderno, Gomes e Santos (2011) problematizam esta idealização no cenário urbano em construção.

Eles traduzem os anseios individuais e/ou coletivos, diríamos até grupais, de dotar o espaço urbano de um ou outro equipamento signo da vida moderna. O plano do desejo marca as cidades com um tipo de verniz que pretende também, em tom otimista, “civilizar” os costumes, banir as amarras do passado, refazer o espaço em sintonia com as novidades do mundo moderno (GOMES e SANTOS, 2011, p.15).

Nesse desejo de “otimizar” o cenário urbano na cidade e no seu distrito o município de Gurjão intensifica a aplicação da malha urbana e de traços modernistas nestes cenários. Processo este evidenciado após sua emancipação da cidade de São João do Cariri, no ano de 1962, acelerando as reformas urbanas em sua sede e no seu distrito de forma gradativa. Com isso podemos perceber diversos marcos da aproximação da região com a teórica marca urbanística e moderna, Santo André pouco a pouco é ofertado por aportes urbanísticos modernizantes, mesmo que de forma lenta, pois o distrito ainda possuía segunda importância nos planos estruturais do município de Gurjão.

A energia elétrica, por exemplo, primeiramente chega à cidade sede e depois se pensa em sua aplicabilidade no distrito santoandreense. É o que podemos observar na revista Avante em sua edição de 1972 quando expõe os planos de eletrificação da cidade de Gurjão e a intencionalidade de perpassar ao distrito essa benfeitoria.

A revista relatava que “a implantação da energia elétrica continua sendo uma constante preocupação do prefeito de Gurjão. Atualmente, encontra-se em fase de andamento os trabalhos de eletrificação do distrito de Santo André, devendo em breve se tornar uma realidade para os habitantes daquele povoado”³⁸.

O que podemos perceber de fato é que os movimentos emancipacionistas aceleraram a modernização e a urbanização destas localidades. Emancipada a cidade de Gurjão passa a ser alvo de diversos projetos de leis que visavam gradualmente elevar seus traços urbanísticos e do seu distrito Santo André.

³⁸ Revista Avante: realidade dos municípios do nordeste. Edição 1972, p.94. Ano 8. Nº 8.

Um exemplo que podemos dar sobre isso é o projeto de lei aprovado em 1963 (um ano após a emancipação do município de Gurjão da cidade de São João do Cariri) que relatava a “construção do meio-fio na cidade e no distrito de Santo André”³⁹ evidenciando a preocupação dos governantes em rapidamente travestirem o lugar de urbano, as diferenciando dos sítios da região.

Entretanto evidencia-se aqui, de forma conjunta, o processo de dependência do distrito em relação ao município sede, pois mesmo com a intencionalidade da construção de meio-fio no ano de 1963 ainda no ano de 1981 havia tentativas de calçamento da “artéria principal” do distrito.

No corrente ano o vereador Dário Nunes Pereira foi autor de um requerimento ao qual solicitava “a implantação do serviço de calçamento, da Rua Fenelon Medeiros no distrito de Santo André, neste município”⁴⁰ expondo com isso que muito próximo da virada do século, a avenida principal da futura cidade ainda sofria por necessidades básicas de infraestrutura.

Nem mesmo a instalação da energia elétrica evidenciada pela revista Avante como “em fase de andamento” no ano de 1972 teve sua efetivação no distrito. A espera das ações do poder político de Gurjão, mais de uma década depois, ainda eram produzidos requerimentos para que o projeto de eletrificação chegasse a todo o distrito. Em caráter de urgência, no ano de 1983, solicitava-se a implantação da rede elétrica no distrito de Santo André nas ruas “José Gomes de Lira, Aprígio Ribeiro de Brito e projetada, S/N. E que as mesmas necessitam de clareza”⁴¹ evidenciando a lentidão do processo e, ao mesmo tempo, o crescimento do vilarejo.

Crescimento tanto pelos projetos de leis que ansiavam a implantação desses traços urbanísticos citados anteriormente (criação e nomeação de ruas, calçamentos, colégios, energia elétrica) como também pelo marco do ano de 1983, onde por um requerimento⁴², em forma de urgência, requisitou-se um posto

³⁹ Projeto apresentado por Sebastião Borges Coutinho e aprovado por unanimidade em 28 de dezembro de 1963. (ATA, 1963, p.15)

⁴⁰ Registro de requerimento nº 02/81 apresentado à câmara municipal de Gurjão em 21 de maio de 1981. (ATA, 1981, p.05)

⁴¹ Requerimento nº 16/83 apresentado à câmara municipal de Gurjão em 05 de dezembro de 1983. (ATA, 1983, p.18)

⁴² Requerimento nº 05/83 apresentado à câmara municipal de Gurjão em 17 de novembro de 1983. (ATA, 1983, p.18)

de serviço da TELPA⁴³ no distrito. Prédio este que teve sua construção iniciada no ano seguinte pelo projeto de lei⁴⁴ nº 12/84 que autoriza a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 7.250.000,00 para o funcionamento do PS da TELPA. A instalação da operadora de telefonia fixa no distrito seja talvez o primeiro sinal de uma modernidade que começa a ser não apenas desejada por esta localidade urbana, mas necessária.

É preciso reforçar que Santo André difere de forma contundente do processo de urbanização ao quais os grandes centros foram palco, ou seja, o que chamamos de traços urbanos e modernos na cidade são a gradativa e lenta remodelação de lugares e criação de obras que vão produzir novas sociabilidades para a cidade.

Com a emancipação da cidade de Gurjão o ainda distrito começa, a reformular visualmente seu espaço e passa a “se vestir de cidade”. Todavia, é o seu movimento de emancipação política que faz com que Santo André passe, pela primeira vez, a usufruir da autonomia e genuinamente reformar sua paisagem. Quando emancipada, a cidade de Santo André passa por leves progressos neste processo urbanístico graças a essa autonomia política.

A lei que dá nascimento a jovem cidade é a lei estadual de nº 5906 de 29 de abril do ano de 1994. Textualmente o documento que deu a Santo André esta importância administrativa jamais vista pelos seus municípios relatava quê:

“Lei nº 5906, de 29 de abril de 1994.

Cria o município de Santo André e determina outras providências

O Governador do Estado da Paraíba:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o município de Santo André, desmembrado do município de Gurjão, tendo por sede o povoado de igual nome, elevado a categoria de cidade.

Parágrafo único – os limites do município de Santo André são os seguintes: I – Ao Norte: com o município de Juazeirinho começando da foz do Riacho do Poço de Cavalos no Riacho do Mucuitu, daí vai por linha reta até a Lagoa do Miúcia, por outra linha reta vai a Lagoa do Touro, ainda por outra linha reta vai á nascente do Riacho das Ubaias.

II – A Leste e Sul: com o município de Gurjão, começando na nascente do Riacho das Ubaias, segue por este riacho á jusante até a sua foz do Riacho D’água, segue por este á montante até sua nascente por uma linha reta até a foz do Riacho do Cachorro, daí por uma linha reta vai á

⁴³ A TELPA (Telecomunicações da Paraíba S/A) cobria todo o Estado da Paraíba e teve 40 anos de vida, até ser privatizada em 1999.

⁴⁴ Projeto de lei apresentado à câmara municipal de Gurjão em 17 de julho de 1984. (ATA, 1984, p.35)

nascente do Riacho Salgadinho, por outra linha reta vai á nascente do Riacho do Estêvão, segue por este jusante até sua foz no Rio Taperoá.

III – A Oeste: com o Distrito de Parari, começando na foz do Riacho do Estêvão no Rio Taperoá, segue para este Riacho á montante até a foz do Riacho D'água, daí vai por uma linha reta até a foz do Riacho Mucuitu no Rio Taperoá, segue por este Rio até a foz do Riacho Serrote; começa na foz do Rio Taperoá, segue pelo Riacho do Garrote á montante até sua nascente, daí por uma linha reta até a foz do Riacho do Cachorro no Rio Mucuitu, segue por este Riacho á montante até a foz do Riacho do Poço de Cavalos, ponto de partida.

Art. 2º - O município de Santo André fica integrado á Comarca de São João do Cariri.

Art. 3º - A instalação do Município dar-se-á em 1º de janeiro, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores, eleitos em pleito direto e simultâneo com os demais municípios do País.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as Disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, em 29 de abril de 1994; 106º da proclamação da República. (Publicada no D.O.E de 05.05.94). Cícero Lucena Filho - Governador”

Emancipada a jovem cidade passa desde então por um processo de autonomia política, administrativa e de reformulação de sua infraestrutura cada vez mais acelerado comparado ao período em que era distrito de outras localidades.

Todo processo de autonomia administrativa carrega em sua raiz sentimentos de valoração, e podemos afirmar que o processo de emancipação de Santo André segue tais precedentes. Desde o interesse político no movimento, até a criação de novas instituições de poder além da realização de ações advindas da vontade popular, o fato é que o episódio emancipatório possibilitou a criação de novos espaços, de reforma de outros pré-existentes.

As avenidas, as praças, o hino da cidade, a câmara municipal, a construção do coreto da praça central e outras construções não são apenas obras que dão a cidade traços urbanos, elas remodelam memórias e costumes de um lugar que devagarinho se enfeita de modernidade, sem pressa, como o foi em toda sua historicidade.

3.1 A autonomia política e seus reflexos.

O território paraibano foi fruto durante a segunda metade do século XX de onda emancipatórias como destaca Bezerra (2016). Sobre esse processo que solidificou a criação de diversas cidades no território paraibano a autora estrutura uma série de fatores inerentes a este processo.

Contemporaneamente, a criação de unidades municipais de governo marcou a história social e política da Paraíba, como ademais ocorreu em outros estados brasileiros. A compartimentação dos seus limites internos foi promovida à luz da atuação de agentes públicos e privados relativos ao Estado, à elite política e à sociedade local, presentes nas antigas sedes municipais e nos distritos delas emancipados. Na segunda metade do século XX, a expressiva intensidade dos processos fragmentadores conferiu grande evidência ao período; e justamente a Paraíba foi à unidade federativa que, proporcionalmente, mais os vivenciou nos anos 1950 e 1960. Nessas décadas, entre 1951 e 1965, um grande surto de emancipações distritais ampliou em mais de 300% o número de suas localidades – bem mais que o dobro dos percentuais de incremento verificados regional e nacionalmente (BEZERRA, 2016, p.225).

Gurjão foi fruto desse processo que ampliou em mais de 300% as divisões do território paraibano entre os anos de 1951 e 1965 e Santo André, no ano de 1994 consegue incrementar ao território paraibano uma nova área territorial. Território que carrega consigo todo um histórico de dependência de outras cidades enquanto distrito delas, mas que ao seu modo alinha-se a traços e processos que solidificam o que o santoandreense passaria a chamar de lar.

A cidade e seu nascimento estão alicerçados em parâmetros básicos da instituição da identidade de um lugar e em sua base está à ação do homem em seu meio, como observa Pesavento (2007, p.13) a cidade é “uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza” e suas intencionalidades de alterar sua estrutura é o que forma seus espaços de identidade e memória.

Emancipada, a jovem cidade passa a articular projetos e obras que começam a acelerar o desenvolvimento da estruturação do lugar. As intencionalidades políticas perpassam por diversos fatores, mas dentre eles está a valorização do marco emancipatório. O movimento feito pelo município ao ano de 1994 foi pensado para ser percebido pelos habitantes do local como um divisor de águas entre um passado sofrido e dias de progresso vindouros.

No primeiro governo do município de Santo André, instituído no triênio 1998-2000, tendo como prefeito Lúcio Flávio Cosme de Medeiros, o orçamento plurianual de investimentos – OPI do novo município estava importado no valor de R\$ 1.720.520, 00⁴⁵. No detalhamento dos gastos discriminados do OPI algumas construções e aquisições chamam a atenção e refletem a intencionalidade de desenvolvimento da infraestrutura urbana do lugar. Desde gastos com a

⁴⁵ Projeto de lei nº 023/97, apresentado à câmara municipal de Santo André em 11 de dezembro de 1997. (ATA, 1997)

construção de jardinagens e praças no valor de R\$ 58.000,00 durante este triênio até a construção de um terminal rodoviário⁴⁶ no valor de R\$ 107.500,00 tais obras⁴⁷ evocam o alto desejo de valorização territorial embutida no processo.

Na imagem abaixo, datada do ano de 1996, antes da efetivação do primeiro governo autônomo instituído para o triênio 98-2000, podemos observar o estabelecimento de ruas calçadas e de um piso onde seria estabelecido o “terminal rodoviário” e a construção da praça central. A Avenida Felon Medeiros ocupou sempre este papel de “artéria principal” do lugarejo durante toda a historicidade do lugar.

Figura 3 - Desfile Cívico na Avenida Felon Medeiros.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (1996).

As malhas urbanas e os traços do moderno gradualmente chegam ao vilarejo sendo vividos, experimentados e apropriados pela população de forma gradativa. Os munícipes foram usufruindo dos espaços criados e desenvolvendo sociabilidades que vão ser registradas através de fotografias e outros registros pessoais desses usuários.

⁴⁶ É interessante neste ponto observarmos que nunca houve a construção, de fato, de um terminal rodoviário na cidade. A utopia do sonho de crescimento fez a cidade apropriar a sua linguagem nomenclaturas que alavancaram o sentimento de desenvolvimento. O “terminal rodoviário” ao qual o projeto de lei faz alusão é, na verdade, o espaço do coreto, que teve seu uso apropriado pela população.

⁴⁷ (ATA, 1997)

A elaboração de símbolos para o município como a criação da bandeira, por exemplo, é mais um traço dessa vontade de estabelecer uma identidade para a cidade. O projeto de lei⁴⁸ que criou a bandeira⁴⁹ do município foi estabelecido em 3 de setembro de 1998 por autoria do vereador João Bosco de Medeiros. Na bandeira estão estampadas a data de emancipação, o milho e a palma em uma simbologia clara da sobrevivência do santoandreense através da agricultura, dos seus animais e da sua data de fundação como marco de um novo momento.

Figura 4 - Bandeira oficial da cidade de Santo André-PB.



Fonte: <https://santoandre.pb.gov.br/paginas/simbolos-oficias>. Acesso em 09 de janeiro de 2021.

Junto à bandeira municipal o vereador protocolou também o projeto de lei⁵⁰ que edificou o hino do município. A letra e a música de autoria do poeta Martins de Araújo evocava traços do passado santoandreense e estruturava, em forma de melodia, os anseios da jovem cidade. Recitando sobre esperança, sobre as chuvas, sobre o sagrado coração de Jesus, sobre o pavilhão e valorizando a “joia

⁴⁸ Projeto de lei nº 09/98 apresentado à câmara municipal de Santo André, na “Casa João Olinto de Queiroz” em 03 de setembro de 1998. (ATA, 1998)

⁴⁹ Bandeira oficial do município de Santo André, disponível em: <https://santoandre.pb.gov.br/paginas/simbolos-oficias>. Acesso em 09 de janeiro de 2021.

⁵⁰ Projeto de lei nº 23/99 aprovado por unanimidade na câmara municipal de Santo André, “Casa João Olinto de Queiroz” em 02 de dezembro de 1999. (ATA, 1998)

rara do meu cariri” a letra⁵¹ buscava traçar um elo entre a memória do passado e o futuro “promissor” ao qual a cidade tanto ansiava.

Oh, Santo André! Cheio de encanto, esplendor, promessa!
 Em tua gente há fé, há esperança de paz em teu pendão.
 Mundo de beleza na sagrada estação,
 quando as chuvas do inverno transformam teu chão.
 Oh! Santo André tanto amor, que o nosso povo conduz,
 vem do Sagrado Coração de Jesus.
 Jardim do Éden aqui, oh joia rara do meu cariri.
 Que auroras de povir, belas manhãs.
 No entardecer, o sol dourado, talismã!
 Azul ou encarnado qual é o teu cordão
 nas noites de festas lá no pavilhão?
 A casa-grande, o cruzeiro, a procissão!
 O pastoril, lindas meninas, amor demais!
 Nos corações e pelas ruas, fascinação.
 Sonhos, serestas, trovadores madrigais.
 Oh! Santo André tanto amor, que o nosso povo conduz,
 vem do Sagrado Coração de Jesus.
 Jardim do Éden aqui, oh joia rara do meu cariri.

A casa João Olinto de Queiroz, prédio ao qual foram instituídos os projetos de lei acima, foi comprada de forma efetiva ao ano de 1999⁵². O prédio, que custou a bagatela de R\$ 15.000,00, passou a servir de base para o funcionamento da câmara municipal da cidade e passando a ser também uma instituição de poder no município, requisito mínimo para um município que planejava se estruturar a partir de sua emancipação.

No ano de 1997 a estimativa de receita e despesa da secretaria de infraestrutura só não ultrapassava os valores destinados à secretaria de educação. O desejo de reformulação urbana fez os políticos projetarem um gasto

⁵¹ No projeto de lei ficava instituído que a letra e música eram de autoria do senhor Martins de Araújo, revogando a lei municipal nº 39 de 10 de setembro de 1998 que atrelava a autoria da canção ao senhor Antônio Oliveira.

⁵² Projeto de lei nº 12/98 “autorizava o executivo municipal a comprar o prédio localizado na Avenida Aprígio Ribeiro de Brito para o funcionamento da câmara municipal”, o projeto foi provado por unanimidade em 28-04-1998. (ATA, 1998)

de mais de R\$ 236.000,00 para o ano de 1998⁵³, ultrapassando até mesmo secretarias fundamentais como a de saúde que teve um orçamento baseado em R\$ 219.000,00.

Esses dados refletem a intencionalidade política do município que mesmo jovem e pobre ansiava finalmente se transformar em cidade. Cidade esta que não tinha grandes reformulações ou grandes eventos que chamassem a atenção do resto do mundo, mas com sua autonomia passou a modificar o mundo das pessoas envolvidas daquela realidade. As realidades são únicas, particulares, e cada uma merece uma atenção especial.

⁵³ Projeto de Lei nº 24/97 estimava a receita e despesa do município de Santo André, do exercício financeiro de 1998. Lei assinada pelo prefeito Lúcio Flávio de Medeiros, em 11 de dezembro de 1997. (ATA, 1997)

4. A PRAÇA E O CORETO ENQUANTO LUGARES PRATICADOS.

Uma das primeiras construções do município após sua emancipação política foi a construção da praça central e do coreto, por volta do ano de 1998 no governo do ex-prefeito Lúcio Flávio de Medeiros (1998/2000). Estabelecidos na “artéria principal” de Santo André, mesma Rua da Igreja Sagrado Coração de Jesus (localizada na Avenida Fenelon Medeiros) no “coração da cidade” estas construções são os símbolos de uma nova etapa da cidade, principalmente o coreto da praça, que passam a ser berço de uma série de eventos ao longo da história de Santo André após sua emancipação.

Mais do que uma cobertura erguida em meio à praça da cidade, a construção do coreto representa tanto a memória dos antigos que viram o povoado crescer e se tornar município, como também representa para as novas gerações um ponto de encontro, de prosa, de namoros e de diversão que vão marcar o novo espaço e tornando-se um lugar praticado de acordo com os usos e sentidos dados pela população ao lugar.

Este é um momento singular no processo de urbanização de Santo André. Mesmo que a cidade de Gurjão tenha desde o ano de 1983 pretendido construir uma praça-jardim⁵⁴ no distrito de Santo André (obra nunca realizada) a construção desse espaço é um fator marcante para o projeto urbanizador no município enquanto autônomo. De acordo com Silva (2004, p.35) “a cidade se abre para as pessoas, surgindo às praças e os coretos” tamanho o poder da criação deste espaço. A praça possui esse poder socializador e o coreto da praça, este marco em forma de obra, é o carro chefe da abertura da nova cidade que objetivava coroar a sua conquista.

Dentre os documentos e fontes utilizados na elaboração desta pesquisa não se encontrou a referência de “coreto” em nenhuma delas. Ademais os projetos de lei e requerimentos encontrados na câmara municipal de Santo André sequer possuem paginação. O termo “coreto” simplesmente não consta nos projetos de lei, requerimentos e atividades políticas ligadas à construção urbana de tamanho impacto para a sociedade santoandreense.

⁵⁴ Requerimento nº 14/83 apresentado à câmara municipal de Gurjão em 05 de dezembro de 1983. (ATA, 1983, p.17)

Então como nasceu o coreto? Este espaço, que é tido pela população como cartão postal do município é fruto da observação feita por Gomes e Santos (2011, p.16) quando dialogando com Pesavento⁵⁵ os autores evocam os desejos de urbanidade das cidades que “considerando que por esse caminho “há a projeção de uma ‘cidade que se quer’, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a realizar-se ou não””. Essa construção que é utilizada pela população como um coreto, na verdade é retratada nos documentos da prefeitura como uma “estação rodoviária”.

Uma estação rodoviária que é fruto das intencionalidades políticas que destoam da realidade municipal, existia o desejo de fazer com que a cidade possuísse construções urbanas modernas, mas a aplicabilidade de uma rodoviária em um município que possuía pouco transitar de veículos na época se estabeleceu apenas no plano dos sonhos naquela realidade de estruturação. A significação da construção de um terminal rodoviário expressa muito sobre os anseios políticos da cidade, visto que o desejo de chegada ou saída de pessoas no lugar era imaginado e até desejado pelas autoridades que nitidamente tinham questões e pautas muito mais importantes em termos de infraestrutura básica como saneamento e projeção urbana para o recém-emancipado município e mesmo assim o terminal rodoviário foi elaborado no efervescente desejo de urbanidade e modernidade.

Construído o espaço, em meio à praça central, é que podemos enxergar o que explana Certeau (2008) entre a diferença do lugar planejado e do lugar praticado. Peciar (2014, p.34) dialogando com estes conceitos de Certeau observa que para o autor “movimento, espontaneidade, originalidade, táticas de consumo, táticas de adaptação, modos de reapropriação de lugares, modos de fazer, de uso, práticas cotidianas, são todas características que conformam um espaço”. O espaço urbano nesta observação estará alinhado aos usos políticos e sociais e suas práticas pela população e pelos agentes políticos, que definirão seu conceito de utilização.

⁵⁵ Cf. PESAVENTO, Sandra Jatthy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995, p. 287.

O coreto da praça ou “terminal rodoviário” custou aos cofres públicos do município um montante de R\$ 107,500,00⁵⁶ ao longo de 4 anos de construção e podemos observar a representação da praça e do coreto para os habitantes da cidade de Santo André através das inúmeras fotografias consultadas para a produção deste trabalho. Trabalhamos a fotografia como forma de ilustração para observar nas imagens, as significações e práticas realizadas pelos usuários desses lugares, como uma maneira de investigar tais apropriações. Nas palavras de Pesavento:

Nesse sentido, a foto é traço do objeto que um dia ali esteve diante do aparelho, como uma marca ou pegada que foi possível captar. Dessa forma, as fotografias e, sobretudo, as de cidades, são dotadas de um valor documental: historiadores delas se apropriam em busca de constatar a presença ou ausência de determinados prédios, o estado das ruas, o trajar dos habitantes, os sinais da modernização urbana — ou a sua falta, captando a vida presente em um momento do tempo, congelado para sempre na imagem que se grava no papel pelo efeito técnico de captação da luz (PESAVENTO, 2007, p.22).

As fotos repassadas pela fotógrafa da cidade Joana Darck Pontes da Silva evidenciam como a partir da “criação” desse espaço de sociabilidade festividades, eventos e outras ações de sociabilidade terão como palco o coreto da praça principal da cidade. O espaço ganha centralidade urbana e passa a ser palco de memória dos munícipes.

Por representar a memória do município o coreto é também testemunha fiel da passagem do tempo e uma forma sólida da historicidade santoandreense. Ali, estabelecido em meio à praça no coração da cidade a construção é testemunha da lenta passagem do tempo, da mudança de costumes, da perpetuação de valores, das festividades de São João, das comemorações do padroeiro, dos desfiles cívicos de 7 de setembro que passarão a ocorrer no município desde sua emancipação, fato este que não acontecia anteriormente.

O coreto e a praça recebem os pelotões que passam “pela rua principal” e o coreto calorosamente recebe a multidão que na praça faz morada para observar o desfile. O coreto da praça é palco de prosa, de fofocas, testemunha da hibridez urbana de Santo André que faz os veículos dividirem espaço com os carros-de-boi na rua em que ele foi erguido, da torre de telefonia que á poucos

⁵⁶ Orçamento plurianual de investimentos do município de Santo André, aprovado por maioria na sessão de 03 de dezembro de 1998. (ATA, 1998)

metros dele é instalada e vai ser acima de tudo o lugar onde se deve ir para comemorar qualquer coisa, é o *point* de todos e á todos ele pertence.

Pertence a sociedade e aos políticos, pois com a construção do coreto e a solidificação da praça central como ambiente moderno de sociabilidade os eventos da cidade tinham um palco. Podemos observar o uso do coreto pelas autoridades políticas em datas comemorativas como os desfiles cívicos de 7 de setembro, data essa que reúne até os dias atuais boa parte da população para prestigiar o desfile e que tem em seu uso político a tentativa de reforçar símbolos identitários, nacionais, e produção da memória oficial da cidade.

Nas imagens a seguir, vemos as autoridades Dr. Marinho (Prefeito entre os anos de 2001-2008) e Dr. Lonza (Prefeito entre 2009-2012) ex-prefeitos do município de Santo André desfrutando do espaço de sociabilidade criado após a emancipação de Santo André.

Figura 5 - Ex-prefeito da cidade, José Herculano Marinho Irmão, prestigia o desfile cívico de 7 de Setembro.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2003).

Figura 6 – Fenelon Medeiros Filho e demais autoridades políticas prestigiam o desfile cívico no coreto municipal.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2011).

Como coração da cidade a praça e o coreto são testemunhas das inovações, de tudo aquilo que chega a cidade e dos movimentos festivos ou sociais que sua população produz. O espaço de prosa, da feira, das festas, dos idosos e dos adolescentes ao longo dos anos se fixou como espaço de lazer, vide os parques, teatros, circos e outros fenômenos que alteram o dia a dia do município que quando visitam a cidade se fixam naquela praça.

Nas imagens abaixo observamos, respectivamente, uma exposição de arte que chegou com um projeto de cinema momentâneo à cidade, a entrega de troféus de um campeonato de futebol amador local e a reunião de vencedores de concursos de Miss e Mister de diversas regiões do cariri nos anos de 2011, 2004 e 2015 sempre com o coreto como palco desses eventos reforçando seu valor histórico e comunitário.

Figura 7 - Exposição de arte no coreto e um cinema improvisado na praça pelo projeto "circuito estradafora" que visitava diversos municípios da região.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2011).

Figura 8 - Premiação de um campeonato de futebol amador realizado na cidade, o coreto sempre evidenciado como ponto de reunião.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2004).

Figura 9 - Reunião de jovens que venceram as competições de Mister e Miss em suas cidades no coreto da praça.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2015).

Como prova do valor comunitário da construção e do seu alto poder de sociabilidade um dos maiores avanços da cidade em termos de infraestrutura desde sua emancipação política, que foi a chegada da água encanada pela transposição oriunda da cidade do Congo, que agraciou a população que sofre desde os primórdios pela escassez de água potável teve sua inauguração justamente na praça central da cidade, à frente do coreto, em meio à felicidade da população e da presença do então governador da Paraíba Ricardo Coutinho.

Na oportunidade o governador declarou que *“Hoje, Santo André tem estrada e água, que é o binômio que faz com que uma cidade se desenvolva. A grande marca da gestão que eu represento foi olhar para quem era historicamente esquecido”*⁵⁷. Na imagem podemos observar o momento do discurso do governador na Avenida Fenelon Medeiros.

⁵⁷ Discurso de Ricardo Coutinho sobre a entrega do sistema de abastecimento d'água de Santo André no dia 19 de novembro de 2018. Reportagem disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/ricardo-entrega-sistema-de-abastecimento-d2019agua-de-santo-andre>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

Figura 10 - Governador Ricardo Coutinho discursa na entrega do projeto de água encanada à frente do coreto da praça.



Fonte: Acervo pessoal de Joana Darck Pontes da Silva (2018).

O processo de urbanização santoandreense sempre esteve alinhado a uma vagarosidade estabelecida pelos inúmeros fatores já citados neste trabalho e a autonomia política realmente possibilitou ao município a prioridade que tanto faltou para que processos urbanos fossem efetivamente direcionados aquela localidade.

O ritmo pacato de interior permanece vivíssimo e a hibridez cultural segue em um laço místico nos perímetros de uma das menores cidades do território paraibano. O processo de emancipação modificou o espaço e ao mesmo tempo criou um lugar, e este lugar faz parte da historicidade e da memória de quem tem laços com esta terra. Em 1994 nasce uma cidade, pretendendo-se moderna, mas a seu ritmo e peculiaridades. Escrever sobre eles é para mim, revisitar esses espaços de memória e pertencimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre o município de Santo André possibilitou estruturar uma análise de estudo sobre uma cidade que se ergue com suas particularidades. Pouco se tem escrito sobre a historicidade deste município do interior paraibano e abarcar de forma parcial a fundação e desenvolvimento da história urbana desta localidade supriu uma lacuna de interesse pessoal do autor.

Lacuna esta percebida desde jovem pela curiosidade de menino em saber sobre seu próprio lugar, encontrando nesta inquietação diversas histórias contadas e poucos escritos sobre o lugar que tanto significava pessoalmente. A cientificidade da história permite que todos sejam ouvidos, narrados, contados e eternizados de diversas formas, esta produção foi à forma que encontrei de preservar um pouco do passado santoandreense.

Edificar um estudo sobre a formação da cidade de Santo André, em seu aspecto histórico e estrutural contribui para reforçar o sentimento de valorização da comunidade. Ademais o presente estudo inicia também a possibilidade de uma pesquisa ainda mais aprofundada sobre a localidade observando também aspectos orais que, pela realidade de pandemia que atravessamos foi impossibilitada momentaneamente.

Dada à importância de observar os aspectos de urbanização da cidade podemos compreender no processo a configuração de lugares que são significantes para os munícipes. O processo de emancipação santoandreense reconfigurou o perímetro urbano da cidade, o mapa paraibano e criou uma localidade neste mesmo mapa. Esta localidade pouco foi observada diante da larga produção historiográfica produzida sobre cidades e esta produção buscou contribuir para a análise das dinâmicas e atores que também são constituintes da sociedade paraibana.

Os projetos de leis e requerimentos plantaram no solo do distrito de Santo André a semente do desejo urbano. O distrito nunca foi palco de grandes avanços modernos em sua infraestrutura, mas assimilou a modernidade gradativamente ao ponto de chegar a desejá-la. A emancipação da cidade passou a ser um desejo para a sociedade e para o poder político municipal que fez do evento um marco, criando espaços e formulando a identidade urbana da nova localidade.

O cenário urbano começou ser instituído na cidade, lentamente, como uma caminhada de senhores em uma praça. A lentidão não é sinônimo de vergonha ou pequenez nesta leitura, cada passo é significativo para alguém que já caminhou tanto e pode desfrutar depois de tanto tempo da sombra de uma árvore ou de um coreto, apreciando o senhor tempo passando ao seu próprio ritmo.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Gervásio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas**. In: *AGRA DO Ó*, A. et al (Orgs.). *A Paraíba no império e na república: estudos de história social e cultural*. -2 ed. João Pessoa: Ideia, 2006.
- BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- BORGES, Rayssa Eutália Gurjão Coutinho. **Representações, sensibilidades e sociabilidades na cidade de Gurjão (1960-1975)**. Campina Grande, 2018.
- BRESCIANI, M. S. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo, da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRITO, Maria da Paz Pereira de. **Santo André antigo: histórias de um lugar (Das origens ao ano de 1960)**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista**. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DONNER, Sandra Cristina. **História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil**. XI Encontro Nacional de História. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, 2012.
- GOMES, Iordan Queiroz. SANTOS, Luiz Carlos dos. **Sensibilidades modernas: As cidades e os desejos do moderno**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo, 2011.
- GOUBERT, Pierre. **“História Local”** in *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Gurjão-PB. 1º Legislatura (1962-1966)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Gurjão-PB (1975-1984)

Livro de Atas da Câmara Municipal de Santo André-PB (1997-2000)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2007, vol.27, n.53 p.11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESSIAR, Paola. **Lugares praticados: quando o espaço urbano ganha feições de espaço público**. *Cadernos NAUI* Vol. 3, n.4, jan-jun 2014.

PROENÇA, Maria Cândida. **Ensinar/Aprender História: questões de didática aplicada**. Coimbra: Livros Horizonte. 1990.

Revista Avante: **realidade dos municípios do nordeste**. Edição 1972. Ano 8. Nº 8.

RIETVELD, Padre João Jorge. **O verde do Juazeiro: história da paróquia de São José de Juazeirinho**. – Padre João Jorge Rietveld João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2009.

Santo André em Revista. Edição 2014. Ano 1. Nº 1.

SILVA, Francisco Ribeiro da. **História Local: objetivos, métodos e fontes**. Editor: Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1999.

SILVA, Hilmaria Xavier. **A invenção de um lugar: vivência e memórias da favela da cachoeira**. Campina Grande: EDUFPG, 2015.

SILVA, Lígia Maria Tavares. **Características da urbanização na Paraíba**. *Revista Cadernos do Logepa* – Série Texto Didático Ano 3, Número 5- Jul/Dez de 2004.

SILVA, R. M. F. DA. **Cidade e urbanização, progresso e civilização. Reflexões sobre a cidade oitocentista no sertão das Gerais (Patos de Minas, 1868 - 1933)**. *Revista História & Perspectivas*, v. 26, n. 49, 8 mar. 2014.